

CAMPANHA SALARIAL 2024

Temos muito para avançar!



16/03/2023: em assembleia do Sindsep-DF, servidores aprovam proposta do governo de reajuste linear de 9% e de aumento do auxílio-alimentação

SINDSEP-DF
Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF



DEFENDENDO O SERVIDOR
E O SERVIÇO PÚBLICO

Leia no
editorial
um pouco
da nossa
história

Página 2

Negociações retomadas,
agora é avançar nas
conquistas!

Páginas 3

Veja o resumo das
demandas específicas
de cada setor

Páginas 4

Sindsep-DF: 36 anos defendendo o servidor e o serviço público

Chegamos aos 36 anos com a maturidade de um adulto que enfrentou muitas adversidades e comemorou muitas vitórias. Ao longo de quase quatro décadas, o Sindsep-DF não apenas testemunhou como participou ativamente de momentos históricos do país.

Fundado em 28 agosto de 1987, fez parte do processo constituinte organizando os servidores para garantir na Constituição conquistas importantíssimas e até então inéditas para o funcionalismo público, como o direito à greve e à sindicalização, concurso público, estabilidade no emprego, Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90), e aposentadoria por tempo de serviço, entre outras vitórias.

Consciente do seu papel transformador, o Sindsep-DF também foi um dos protagonistas do impeachment do presidente Collor e da eleição do primeiro presidente operário, Luiz Inácio Lula da Silva. Também saiu na frente em defesa dos demitidos do governo Collor, que culminou com publicação da Lei nº 8.878/94.

Na história recente, alertou os trabalhadores sobre o golpe que culminou com a saída da presidenta Dilma Rousseff, a criminalização dos movimentos sociais e sindicais, a prisão do presidente Lula e a retirada de direitos da classe trabalhadora: congelamento salarial por 20 anos (EC 95/2016); terceirização sem limites (Lei 13.429/2017); reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e Reforma da Previdência (EC 103/2019).

Em meio à pandemia de Covid-19, o sindicato saiu em defesa da vida, por vacina para todos e contra toda e qualquer retirada de direitos, como a PEC 32/2020, a mal chamada Reforma Administrativa.

Em 2023, graças à unidade dos trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado, o Brasil retomou o curso da democracia, mas a luta pela valorização dos servidores e para recuperar o serviço público continua. Por isso, seguimos firmes em busca de avanços e com muitas lutas ainda para travar, conforme você verá nas páginas seguintes.

Boa Leitura!

Oton Pereira Neves
Secretário-Geral
Gestão 2022/2024

Sumário

02 EDITORIAL
Sindsep-DF: 36 anos defendendo o servidor e o serviço público

03 CAMPANHA SALARIAL
2024

- Negociações retomadas, agora é avançar nas conquistas!

- Servidores devem retomar a mobilização contra a PEC 32

- É preciso reconstruir os serviços públicos

04 CAMPANHA SALARIAL
2024

- Demandas específicas em pauta nas mesas de negociação

EXPEDIENTE

**SINDICATO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS FEDERAIS NO
DISTRITO FEDERAL
SINDSEP-DF**

END.: SBS, Qd. 1, bloco K, Ed. Seguradoras – 16º e 17º andares
TEL.: 3212-1900/9932-4791

**SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA**
Mônica Machado (coordenadora),
Carlos Henrique Bessa Ferreira
e Frederico Cabral de Menezes
(adjuntos)

JORNALISTA: Giselle do Valle
(DF2361JP)

FOTOS: Cristiano Porfírio/
Arquivo Sindsep-DF

TIRAGEM: 2.000

GRÁFICA: N Soluções Gráficas

**Esta publicação foi fechada no
dia 23 de agosto de 2023**

Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

Negociações retomadas, agora é avançar nas conquistas!

Lançada oficialmente em maio, a Campanha Salarial 2024 tem como principal reivindicação a recomposição das perdas salariais dos últimos seis anos (governos Temer e Bolsonaro).

A proposta, entregue ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) pelas entidades sindicais representativas do funcionalismo, entre elas a Condsef/Fenadsef, prevê reajustes entre 39,82% e 53,05%, os quais seriam escalonados em três anos (2024 a 2026), a partir de 1º

de janeiro de 2024. A proposta vem sendo discutida na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instalada em 11 de julho.

Para garantir recursos para 2024, o reajuste precisa entrar no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2024, que deve ser encaminhado pelo governo até 31 de agosto. As entidades cobram uma proposta formal do governo até o dia 24 deste mês e que uma reunião para apresentar a resposta da categoria seja realizada no dia 28. E, caso não seja

consolidado um acordo, a MNNP volte a se reunir no dia 30.

Além do aumento dos salários e dos benefícios, entre outras reivindicações dos servidores, como a revogação de uma série de medidas prejudiciais à categoria e aos serviços públicos, as entidades também solicitaram ao governo que receba as carreiras com menores remunerações para buscar uma solução emergencial com impactos orçamentários ainda para 2024.

Servidores devem retomar a mobilização contra a PEC 32



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), voltou a ameaçar colocar em votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa, que, entre outras mudanças, coloca fim à estabilidade e abre a porteira para privatizações, terceirizações e contratações de Organizações Sociais (OSs) para que a elite brasileira lucre ainda mais às custas de verbas públicas e de direitos básicos da população como saúde e educação.

Lira tentou colocar o texto em pauta por diver-

sas vezes em 2021, em plena pandemia de Covid-19. Mas a unidade dos servidores das três esferas impediu que a matéria fosse votada no plenário da Casa.

Vale ressaltar que a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, já declarou que o governo é contra a PEC 32, embora estude uma forma de promover alterações no regime dos servidores, sem mexer na Constituição, mantendo a estabilidade do servidor, que é uma proteção ao Estado brasileiro.

É preciso reconstruir os serviços públicos

A reconstrução do serviço público passa pela revogação da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME N° 54, de 20 de maio de 2021, que obriga a compensação dos dias de greve, mesmo o movimento paredista sendo legal e um direito dos servidores previsto na Constituição.

Ao mesmo tempo, é preciso avançar para consolidar conquistas do funcionalismo, com a regulamentação da negociação coletiva (Convenção 151 da OIT) e da data-base dos servidores para todo 1º de maio.

Demandas específicas em pauta nas Mesas de Negociação

Paralelo à negociação da recomposição salarial para o conjunto dos servidores, acontecem as discussões para a estruturação e a reestruturação de diversas carreiras, as quais vem sendo tratadas nas mesas de negociação com o governo.

Até o momento, a Cond-

sef solicitou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a instalação de mais de 30 mesas. Mas, para que as discussões avancem, é imprescindível a mobilização setorial dos servidores em defesa de suas pautas e, caso o governo não atenda às expectativas da categoria, uma mobilização ge-

ral do funcionalismo público.

Neste sentido, o sindicato solicita aos servidores que fiquem atentos ao calendário de lutas e atendam às convocações para assembleia, atos e demais atividades para forçar o governo a atender as reivindicações. Dentre as demandas por setor, registramos as seguintes:

Órgão/Setor	Demanda
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	Reestruturação da carreira
Carreira da Saúde, do Trabalho e da Previdência - CPST	Reestruturação da carreira
Abin	Transposição dos servidores dos cargos do Grupo de Apoio do Plano de Carreiras e Cargos para os cargos de níveis superior e intermediário do do Grupo de Informações (Lei 11.776/2008)
Administrativos da PF e da PRF	Reestruturação das carreiras
AGU	Reestruturação da carreira
Anistiados	Reestruturação e padronização da tabela remuneratória
Banco Central	Migração dos servidores do cargo de Técnico para o de Analista da Carreira de Especialista do Bacen (Lei 9.650/1998)
Ciência e Tecnologia	Reestruturação da carreira com a incorporação da GDACT ao VB
Civis de Órgãos Militares	Reestruturação do PCCTM com equiparação com a Carreira da C&T, e a inclusão dos servidores do PGPE; Criação da GQ para o nível auxiliar; e recomposição das tabelas salariais do PCCTM
Cultura e vinculadas	Reestruturação da carreira, com equiparação da tabela salarial com a da Casa de Rui Barbosa e incorporação da GDAC ao VB; reconhecimento da atividade de fiscalização e implementação da GQ
DNIT	Reestruturação da carreira
Ex-Territórios	Migração dos técnicos administrativos do PGPE e PCCEXT para o PCCTAE; concessão de RSC (Reconhecimento de Saberes e Competência) para técnicos administrativos e aposentados anteriores à Lei nº, 12.772/13; e atualização de progressões funcionais e instituição de GQs.
FNDE/INEP	Reestruturação das carreiras
Funai	Reestruturação do PEC/PCI
HFA	Reestruturação do Plano de Carreira e Cargos
Imprensa Nacional	Reestruturação da carreira
Incra	Reestruturação da carreira
M.Fazenda	Reestruturação do PECFAZ e aglutinação de cargos
MMA/Ibama/ICMBio	Reestruturação da carreira
MRE	Inclusão dos servidores do PGPE/PCC na Carreira do Serviço Exterior Brasileiro - SEB (Lei 11.440/06)